



IA² - QUANDO O ALGORITMO ENCONTRA O PENSAMENTO: DIÁLOGOS ENTRE TECNOLOGIA, AUTORIA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA.

Angélica Paroni Ambrosio Domingues; one.metodos@gmail.com;

Must University

Modalidade: Artigo Completo (Full Paper)

Área Temática: Inteligência Artificial e o Novo Ecossistema de Aprendizagem.

Resumo:

O presente artigo analisa a interseção entre a Inteligência Artificial (IA) e a produção acadêmica, priorizando as dimensões da autoria e da integridade científica. Parte-se da hipótese de que a expansão das tecnologias generativas exige um novo conceito da produção do conhecimento, capaz de integrar a IA de forma transparente e ética aos fundamentos metodológicos da ciência. O objetivo consiste em compreender como a IA pode ser incorporado de modo responsável à inteligência acadêmica, promovendo autoria genuína e rigor científico no ensino superior. A pesquisa possui natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática e análise de conteúdo. Os resultados indicam que a presença da IA não compromete a integridade científica quando acompanhada de políticas institucionais claras, formação acadêmica crítica e definição transparente do papel da tecnologia no processo investigativo. Como contribuição teórica, propõe-se o conceito de Inteligência Acadêmica, definido como a capacidade institucional de estruturar estratégias, referenciais e ferramentas que integrem a IA de forma produtiva e ética à produção científica. À luz dessa abordagem, introduz-se a perspectiva de IA², entendida como a convergência entre Inteligência Artificial e Inteligência Acadêmica, na qual o potencial tecnológico é ampliado por governança institucional, critérios de transparência e responsabilidade autoral, transformando a IA em suporte qualificado ao pensamento científico. Conclui-se que a Inteligência Acadêmica não representa ruptura com a tradição metodológica, mas sua evolução necessária, assegurando a confiabilidade do conhecimento científico na era digital.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Integridade Acadêmica; Autoria; Ética; Educação Superior.

Introdução

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no cotidiano social e institucional configura uma das transformações mais significativas do século XXI. No campo educacional, e particularmente no ensino superior, essa transformação não se restringe à introdução de novas ferramentas tecnológicas, mas redefine modos de ensinar, aprender e



produzir conhecimento. A crescente presença de sistemas inteligentes no ambiente acadêmico exige reflexão crítica sobre seus impactos epistemológicos, éticos e metodológicos, sobretudo em contextos marcados pela mediação digital, como a Educação a Distância (EAD).

Instituições que operam nesse modelo encontram-se em posição singular frente às transformações tecnológicas. A digitalização estrutural de seus processos pedagógicos e administrativos facilita a adoção de soluções baseadas em IA, ampliando possibilidades de personalização do ensino, automação de tarefas e suporte à produção acadêmica. Estudos recentes indicam que sistemas inteligentes podem contribuir significativamente para a organização do aprendizado, a análise de dados educacionais e o apoio ao trabalho docente (Chan & Tsi, 2023). Entretanto, a rapidez dessa incorporação tecnológica frequentemente supera a capacidade institucional de reflexão crítica e de formulação de diretrizes normativas adequadas.

A expansão das ferramentas de IA generativa intensifica essa problemática. Sistemas capazes de produzir textos, resumos e análises complexas passam a participar do processo de construção acadêmica, levantando questões fundamentais sobre autoria, originalidade e responsabilidade intelectual. A utilização dessas ferramentas sem critérios claros pode comprometer a autenticidade das produções acadêmicas e a credibilidade das instituições formadoras, além de reduzir o esforço reflexivo necessário para o desenvolvimento do pensamento crítico (Cotton & Cotton, 2024).

A preocupação com a preservação da essência humana no trabalho intelectual torna-se, assim, central. O uso de tecnologias cognitivas avançadas não afeta apenas procedimentos técnicos, mas transforma a relação do pesquisador com o próprio processo de produção do conhecimento. Como argumenta Cabral (2025), a automatização de tarefas intelectuais pode deslocar decisões interpretativas para sistemas algorítmicos, colocando em questão a responsabilidade ética do sujeito pesquisador. Essa discussão desloca o debate do campo instrumental para o campo epistemológico, evidenciando que a integração da IA no ensino superior não pode ser tratada apenas como inovação tecnológica.

Diante desse cenário, instituições acadêmicas enfrentam o desafio de desenvolver políticas que conciliem inovação e integridade científica. Diretrizes internacionais, como as propostas pela UNESCO (2023), indicam a necessidade de marcos éticos explícitos para o uso da IA na educação, enfatizando que a tecnologia deve servir ao desenvolvimento humano e não substituir processos formativos essenciais. Contudo, tais diretrizes frequentemente permanecem em nível macro, carecendo de operacionalização concreta nas práticas institucionais.

A lacuna que se evidencia na literatura não reside na ausência de estudos sobre IA na educação, mas na escassez de modelos conceituais capazes de integrar tecnologia, metodologia científica e ética acadêmica em uma mesma estrutura analítica. Grande parte das pesquisas concentra-se em impactos pedagógicos ou técnicos, deixando em segundo plano a reorganização institucional necessária para incorporar a IA de forma responsável. É nesse espaço que se insere o presente estudo. Parte-se da hipótese de que a produção acadêmica contemporânea exige a reconstrução do conceito que reconheça a presença da IA sem comprometer a autoria humana e a integridade científica.



O objetivo geral consiste em compreender como a Inteligência Artificial pode ser integrada de forma ética e responsável à inteligência acadêmica, promovendo autoria genuína e rigor científico no ensino superior. Para alcançar esse objetivo, o estudo investiga os desafios e oportunidades associados ao uso da IA na produção acadêmica, analisa suas implicações para autoria e integridade científica e propõe diretrizes conceituais que orientem sua integração institucional. A contribuição central reside na proposição do conceito de Inteligência Acadêmica, entendido como capacidade institucional de estruturar políticas, referenciais teóricos e práticas que integrem a IA de forma transparente e produtiva ao processo científico.

Dessa forma, a investigação busca contribuir para o debate contemporâneo sobre educação digital, oferecendo uma estrutura interpretativa que ultrapassa a dicotomia entre aceitação irrestrita da tecnologia e sua rejeição normativa. Ao propor a Inteligência Acadêmica como eixo analítico, o estudo pretende fornecer subsídios teóricos e institucionais para a construção de práticas educacionais que conciliem inovação tecnológica, rigor científico e responsabilidade ética.

Fundamentação Teórica

Fundamentos epistemológicos e metodologia científica.

A produção do conhecimento científico sempre esteve vinculada a processos metodológicos rigorosos e a princípios epistemológicos que delimitam o que pode ser considerado saber válido. Nesse sentido, Köche (2016) define a ciência como uma forma de conhecimento estruturado, sistemático e fundamentado na observação, experimentação e formulação teórica. Essa compreensão clássica estabelece o eixo central do pensamento científico moderno e fornece o pano de fundo necessário para compreender os impactos das tecnologias emergentes sobre a pesquisa acadêmica.

A compreensão da ciência como construção sistemática do conhecimento permite perceber que transformações tecnológicas não anulam seus fundamentos, mas alteram os modos de operacionalização dos procedimentos investigativos. Nesse sentido, a introdução de ferramentas digitais e algoritmos no ambiente acadêmico devem ser interpretados não como ruptura epistemológica, mas como reconfiguração dos meios pelos quais o conhecimento é organizado, analisado e comunicado. Essa perspectiva reforça a ideia de que a legitimidade científica permanece ancorada na intencionalidade investigativa e na responsabilidade interpretativa do pesquisador.

A introdução de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial no ambiente acadêmico não altera apenas instrumentos de pesquisa, mas tensiona a própria concepção de produção do conhecimento. Alves Filho (2024) argumenta que a metodologia científica não pode ser reduzida a um conjunto técnico de procedimentos, mas deve ser compreendida como um processo formativo que desenvolve no pesquisador a capacidade de formular problemas, estabelecer relações conceituais e produzir interpretações fundamentadas. Quando sistemas inteligentes passam a participar do processo de construção textual e analítica, a discussão desloca-se do campo instrumental para o campo epistemológico.



Essa perspectiva permite compreender que a participação de tecnologias inteligentes no processo acadêmico não elimina a formação científica do pesquisador, mas amplia a necessidade de domínio metodológico. Ao utilizar sistemas capazes de organizar informações ou sugerir caminhos analíticos, o pesquisador assume papel ainda mais central na validação do conhecimento produzido, pois passa a ser responsável não apenas pelo resultado final, mas também pela mediação crítica das ferramentas utilizadas. Assim, a tecnologia não substitui a ciência, mas exige maior consciência científica.

Gil (2008) complementa essa perspectiva ao afirmar que a escolha de métodos de pesquisa deve considerar não apenas os objetivos do estudo, mas a natureza do fenômeno investigado. No caso da Inteligência Artificial aplicada à educação, o fenômeno não é apenas tecnológico, mas social, ético e cultural. A investigação sobre IA na produção acadêmica, portanto, exige abordagens interpretativas capazes de compreender significados, relações simbólicas e implicações institucionais.

A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a análise da Inteligência Artificial na educação não pode restringir-se a avaliações de desempenho ou eficiência tecnológica. É necessário compreender como essas ferramentas reconfiguram práticas acadêmicas, alteram dinâmicas de autoria e influenciam processos de validação do conhecimento. A abordagem qualitativa mostra-se, assim, particularmente adequada, pois permite investigar sentidos atribuídos à tecnologia e compreender como instituições e pesquisadores constroem novos referenciais para lidar com essa transformação.

Inteligência Artificial no ensino superior e Educação a Distância.

A literatura contemporânea sobre IA no ensino superior tem enfatizado principalmente suas potencialidades pedagógicas. Chan e Tsi (2023) destacam que sistemas inteligentes permitem personalização do ensino, automação de tarefas administrativas e apoio à produção de materiais didáticos. Entretanto, os autores também alertam para riscos relacionados à dependência tecnológica e à redução do papel reflexivo do estudante.

Esse duplo movimento — ampliação de capacidades operacionais e possível redução da autonomia reflexiva — constitui uma das principais tensões da educação contemporânea. A presença de tecnologias capazes de gerar respostas rápidas pode incentivar práticas acadêmicas mais instrumentais, baseadas na obtenção de resultados imediatos, em detrimento do desenvolvimento gradual do pensamento crítico. Assim, a incorporação da IA exige não apenas regulamentação institucional, mas também estratégias pedagógicas que estimulem o uso reflexivo da tecnologia.

No contexto da Educação a Distância, essa tensão torna-se ainda mais evidente. A mediação digital já caracteriza a relação pedagógica e, portanto, a incorporação da IA tende a ocorrer de forma mais rápida e menos regulada. A facilidade de acesso a sistemas generativos pode levar estudantes a utilizar tais ferramentas como substitutos do processo reflexivo, e não como instrumentos de apoio ao pensamento.

Essa realidade evidencia a necessidade de que instituições educacionais desenvolvam políticas que não apenas regulamentem o uso da IA, mas orientem práticas pedagógicas que integrem a tecnologia ao processo formativo. A mediação docente torna-se fundamental para



transformar a IA em instrumento de aprofundamento crítico, evitando que sua utilização se reduza a mecanismo de automatização de tarefas acadêmicas.

Cabral (2025) aprofunda essa reflexão ao discutir a relação entre inteligência, subjetividade e trabalho digital. O autor argumenta que a automatização de processos cognitivos pode gerar deslocamentos na responsabilidade intelectual e moral do pesquisador. Quando decisões interpretativas passam a ser mediadas por algoritmos, surge o risco de que a agência humana seja diluída em processos automatizados.

A análise proposta por Cabral permite compreender que a questão central não reside na tecnologia em si, mas na forma como os sujeitos se posicionam frente a ela. O trabalho intelectual mediado por sistemas digitais exige que o pesquisador desenvolva consciência crítica sobre suas escolhas metodológicas e sobre os limites das ferramentas utilizadas. Nesse sentido, a presença da IA não reduz a responsabilidade científica, mas a torna mais complexa.

Integridade acadêmica, ética e governança institucional.

A integridade acadêmica emerge nesse contexto como categoria central. Cotton e Cotton (2024) demonstram que a utilização de sistemas generativos sem transparência compromete a autenticidade das produções acadêmicas e a confiança institucional. No entanto, os autores destacam que a tecnologia não constitui ameaça em si mesma; o problema reside na ausência de políticas claras sobre seu uso.

Essa interpretação permite deslocar o debate da esfera proibitiva para a esfera regulatória e formativa. A integridade acadêmica passa a depender menos da exclusão tecnológica e mais da construção de cultura institucional baseada em responsabilidade autoral, transparência metodológica e formação crítica. Assim, políticas educacionais eficazes não são aquelas que proíbem a tecnologia, mas aquelas que orientam seu uso consciente.

Padilha et al. (2005) contribuem para essa discussão ao problematizar o que denominam banalização da ética. Segundo os autores, a ética institucional pode tornar-se meramente formal quando reduzida a regras e procedimentos, sem reflexão crítica por parte dos sujeitos envolvidos.

Aplicada ao contexto contemporâneo, essa crítica sugere que a regulamentação do uso da IA não pode limitar-se a normas formais. É necessário que instituições promovam processos formativos que desenvolvam nos pesquisadores a capacidade de refletir sobre suas escolhas metodológicas e sobre o impacto de suas práticas na produção do conhecimento. A ética acadêmica, nesse sentido, deixa de ser apenas normativa e passa a constituir dimensão formativa da pesquisa científica.

A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), oferece instrumentos metodológicos relevantes para investigar como conceitos como autoria e originalidade são operacionalizados em documentos institucionais e discursos acadêmicos. A abordagem hermenêutica permite identificar contradições, silêncios e pressupostos implícitos nas políticas educacionais relacionadas à IA.



Essa perspectiva metodológica possibilita compreender que os discursos institucionais sobre tecnologia frequentemente expressam tensões entre inovação e controle. Ao analisar documentos e práticas acadêmicas, torna-se possível identificar como instituições constroem sentidos sobre autoria, responsabilidade e integridade científica, revelando processos de adaptação cultural frente às transformações tecnológicas.

As diretrizes internacionais também têm buscado responder a esse desafio. A UNESCO (2023) reconhece que a integração da Inteligência Artificial na educação exige marcos éticos explícitos que conciliem inovação tecnológica e proteção de direitos humanos. Essas diretrizes reforçam que a tecnologia educacional deve estar orientada por princípios de inclusão, transparência e responsabilidade. Ao enfatizar a centralidade do ser humano no processo educacional, a UNESCO aponta que a IA deve servir como instrumento de ampliação das capacidades humanas, e não como substituto do pensamento crítico.

Apesar dessas contribuições, observa-se na literatura uma lacuna significativa: a ausência de um modelo conceitual que articule tecnologia, ética e metodologia científica de forma integrada. Grande parte dos estudos concentra-se em impactos pedagógicos ou técnicos, deixando em segundo plano as implicações epistemológicas da IA para a produção do conhecimento.

Essa lacuna evidencia a necessidade de construir referenciais que compreendam a tecnologia como elemento constitutivo da prática científica contemporânea. Ao integrar dimensões epistemológicas, éticas e institucionais, torna-se possível desenvolver modelos analíticos capazes de orientar a transformação digital da produção acadêmica.

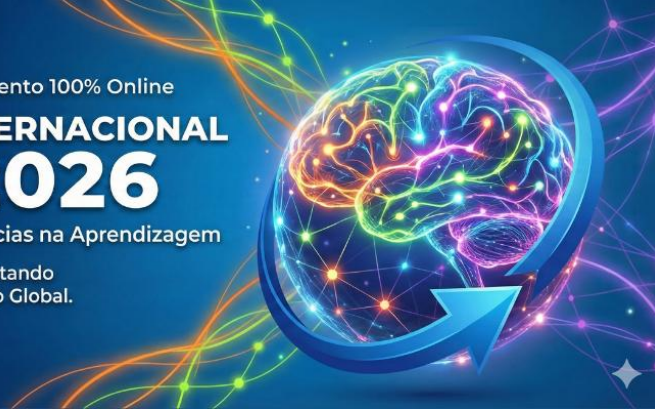
É nesse espaço que emerge a necessidade de novos referenciais interpretativos capazes de compreender a relação entre Inteligência Artificial e produção científica como fenômeno institucional. A discussão não se restringe ao comportamento do pesquisador, mas envolve a capacidade das instituições de estruturar políticas, estratégias e práticas que orientem o uso da tecnologia.

Dessa forma, a revisão da literatura aponta para três eixos fundamentais: a permanência dos fundamentos epistemológicos da ciência, a emergência de desafios éticos relacionados à automação cognitiva e a necessidade de construção institucional de referenciais normativos. Esses eixos constituem a base para a proposição do conceito de Inteligência Acadêmica, entendido como capacidade institucional de integrar tecnologias emergentes aos princípios científicos e éticos da produção do conhecimento.

Metodologia

Este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise interpretativa de documentos científicos e institucionais relacionados à Inteligência Artificial, autoria e integridade acadêmica no ensino superior. O recorte temporal compreende o período de 2020 a 2025, considerando a intensificação do uso de tecnologias generativas e a ampliação do debate acadêmico e normativo sobre seus impactos na produção científica.

O corpus bibliográfico foi constituído a partir de obras e documentos selecionados com base em critérios previamente definidos. Foram incluídas fontes que apresentassem



aderência direta ao foco do estudo, relevância teórica ou normativa para a compreensão do fenômeno investigado e contribuição conceitual para a análise da relação entre tecnologia, metodologia científica e governança institucional. Priorizaram-se textos com circulação acadêmica consolidada e diretrizes internacionais que abordam o uso ético da tecnologia na educação superior.

A análise do corpus foi conduzida por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016), operacionalizada em três etapas. Na primeira, realizou-se leitura exploratória do material e organização do corpus, identificando unidades de registro relacionadas a autoria, originalidade, responsabilidade intelectual, transparência metodológica e políticas institucionais. Na segunda etapa, procedeu-se à codificação e ao agrupamento dessas unidades em categorias temáticas, permitindo identificar convergências, tensões e lacunas presentes na literatura e nos documentos analisados. Na terceira etapa, as categorias foram interpretadas à luz dos referenciais teóricos selecionados, articulando os achados à hipótese do estudo e sustentando a proposição do conceito de Inteligência Acadêmica e da perspectiva de IA² como operador interpretativo.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do fenômeno investigado, que envolve dimensões epistemológicas, institucionais e éticas não passíveis de mensuração quantitativa. Esse procedimento metodológico permitiu compreender a Inteligência Artificial como componente do ecossistema acadêmico contemporâneo e analisar suas implicações para a produção científica, para a integridade acadêmica e para a governança institucional do conhecimento.

Resultados

A análise das referências teóricas e normativas indica que a integração da Inteligência Artificial no ensino superior não pode ser compreendida apenas como inovação tecnológica. Conforme apontam diretrizes internacionais recentes (UNESCO, 2023), trata-se de uma transformação estrutural que exige revisão das categorias tradicionais da produção científica, particularmente autoria, originalidade e responsabilidade intelectual. Observa-se que a presença crescente de sistemas inteligentes redefine não apenas instrumentos de pesquisa, mas também etapas do processo investigativo, influenciando desde a organização das informações até a construção argumentativa dos textos acadêmicos.

Os fundamentos epistemológicos apresentados por Köche (2016) evidenciam que a ciência pressupõe sistematização, intencionalidade investigativa e construção reflexiva do conhecimento. Quando ferramentas generativas passam a produzir textos e análises com intervenção humana reduzida, surge uma tensão entre eficiência operacional e autenticidade intelectual. Essa tensão não implica necessariamente perda de rigor científico, mas exige redefinição dos limites entre assistência tecnológica e produção autoral, conforme já indicado por Gil (2008), especialmente no que se refere à transparência sobre o uso da tecnologia.

De acordo com Chan e Tsi (2023), a hipótese central deste estudo, a necessidade de reconceitualização da produção científica, ganha consistência empírica. A análise da literatura



demonstra que a IA não elimina a metodologia científica, mas modifica a forma como etapas do processo investigativo são realizadas. Processos como levantamento inicial de referências, organização de ideias, síntese textual e apoio analítico passam a ser parcialmente automatizados, demandando que o pesquisador assuma papel ainda mais deliberativo e reflexivo na validação dos resultados.

Outro resultado relevante refere-se à dimensão institucional da integração tecnológica. Observa-se que documentos normativos e políticas acadêmicas frequentemente apresentam posicionamentos ambíguos sobre o uso da IA. Em alguns casos, instituições incentivam a inovação tecnológica como estratégia pedagógica, enquanto seus regulamentos de integridade acadêmica tratam a IA apenas como risco potencial, sem oferecer diretrizes claras para seu uso responsável. Essa coexistência de incentivo e restrição evidencia a ausência de referenciais institucionais consolidados para orientar a prática acadêmica, lacuna também identificada em análises recentes sobre governança educacional (Alves Filho, 2024).

A análise comparativa das fontes indica ainda que a literatura contemporânea tende a concentrar-se nos impactos pedagógicos da IA, enfatizando sua contribuição para personalização do ensino e automação de tarefas. Contudo, observa-se menor atenção às implicações epistemológicas e metodológicas da presença da IA na produção científica. Conforme destacam Cotton e Cotton (2024), essa lacuna sugere necessidade de ampliar o debate para além da dimensão instrumental, incorporando reflexões sobre autoria, responsabilidade intelectual e validação do conhecimento.

Além disso, identificou-se que a incorporação da IA altera a dinâmica do trabalho acadêmico ao redistribuir o esforço cognitivo do pesquisador. Atividades operacionais e repetitivas tendem a ser automatizadas, enquanto tarefas interpretativas e decisórias permanecem sob responsabilidade humana. Esse deslocamento sugere que a presença da IA não reduz a necessidade de pensamento crítico, mas redefine suas condições de exercício, fenômeno compatível com análises recentes sobre a centralidade da agência humana em ambientes digitais (Cabral, 2025).

A partir dessas evidências, observa-se a tendência de compreender a Inteligência Artificial como elemento constitutivo do ecossistema acadêmico contemporâneo, e não como recurso externo ao processo científico. Essa constatação, em consonância com diretrizes internacionais (UNESCO, 2023), indica a presença de demandas por respostas institucionais estruturadas capazes de integrar tecnologia, metodologia e ética em um mesmo referencial normativo.

Dessa forma, os resultados indicam que a questão central não reside na presença da Inteligência Artificial no ambiente acadêmico, mas na ausência de modelos conceituais e institucionais capazes de orientar sua integração. Esse é um desafio que contextualiza uma lacuna fundamenta, ou seja, a necessidade de construção de referenciais interpretativos que permitam compreender a IA como parte do processo científico, preservando simultaneamente a autoria humana e a integridade acadêmica. Nesse sentido, o conceito de inteligência, seja ele artificial ou caracterize uma maneira particular de fazer gestão acadêmica, pressupõe processos de amadurecimento e discussão acadêmica consistente.



Discussão

Os resultados permitem interpretar a integração da Inteligência Artificial no ensino superior como fenômeno que desafia categorias tradicionais da produção científica, especialmente autoria, originalidade e responsabilidade intelectual. A análise também evidencia que a tensão não se reduz à presença da tecnologia, mas à forma como ela é incorporada. Nesse ponto, a noção de IA² revela-se analiticamente útil, pois ao articular Inteligência Artificial e Inteligência Acadêmica, o estudo desloca a discussão de uma leitura centrada na ferramenta para uma leitura centrada na governança institucional do conhecimento. Assim, o “quadrado” expressa a ampliação do conceito de inteligência pela integração de duas dimensões que, quando articuladas, podem elevar produtividade, qualidade e rigor sem comprometer a autoria humana, conforme indicam análises recentes sobre integridade acadêmica e mediação tecnológica (Cotton & Cotton, 2024).

Segundo Köche (2016), a ciência pressupõe sistematização, intencionalidade investigativa e construção reflexiva do conhecimento. Os resultados indicam que a IA modifica etapas do processo investigativo sem substituir a dimensão interpretativa do pesquisador. A tecnologia pode apoiar a organização de informações, a estruturação textual e a sistematização inicial de ideias, mas não assume o juízo crítico nem a validação científica que fundamentam a produção do conhecimento. Nesse cenário, a questão central passa a ser a delimitação do papel da tecnologia na construção do argumento acadêmico. Quando operada sem critérios, a IA tende a induzir práticas instrumentais; quando integrada por diretrizes institucionais claras, pode converter-se em suporte ao aprofundamento crítico, perspectiva já discutida na literatura sobre metodologia científica e educação superior (Gil, 2008; UNESCO, 2023). Assim, a discussão sugere que o ganho real não está em simplesmente utilizar IA, mas em utilizá-la sob um arcabouço de Inteligência Acadêmica, preservando o pesquisador como núcleo da autoria e da decisão metodológica.

A preservação da autoria, nesse contexto, não depende de negar a tecnologia, mas de explicitar como ela participa do processo científico. A autoria acadêmica não se restringe à assinatura final, mas compreende decisões sucessivas, como a definição do problema, a construção da justificativa, a seleção do referencial teórico, as escolhas metodológicas e a interpretação dos resultados. Quando a IA contribui em parte dessas etapas, torna-se indispensável que o pesquisador mantenha domínio reflexivo sobre o percurso investigativo, distinguindo assistência técnica de autoria intelectual. A integridade acadêmica passa, assim, a ser compreendida como prática que envolve transparência e responsabilidade autoral.

Nessa direção, a integridade acadêmica assume caráter dinâmico na era digital, dependendo menos da exclusão tecnológica e mais da construção de uma cultura institucional baseada em transparência, responsabilidade e orientação pedagógica. Os resultados indicam que instituições que tratam a IA apenas como ameaça tendem a responder com regras restritivas, sem oferecer caminhos formativos para o uso responsável. Essa postura favorece ambiguidades, pois o ambiente acadêmico se digitaliza enquanto os sujeitos permanecem sem parâmetros consistentes para lidar com novas práticas de produção textual e analítica. O risco à integridade, portanto, não reside na tecnologia em si, mas na ausência de alinhamento institucional sobre o que constitui uso legítimo e



metodologicamente aceitável, situação já apontada em diretrizes internacionais sobre ética digital na educação (UNESCO, 2023). Essa fragilidade institucional pode ainda favorecer a banalização da ética, quando normas passam a ser seguidas de modo mecânico, sem reflexão moral correspondente (Padilha et al., 2005).

Nesse mesmo sentido, IA² contribui para organizar o debate ao oferecer um enquadramento que integra tecnologia e instituição. Se a Inteligência Artificial representa a capacidade computacional de gerar e estruturar informações, a Inteligência Acadêmica corresponde à capacidade institucional de orientar tais possibilidades por critérios científicos e éticos. IA² descreve, portanto, um estado em que a tecnologia atua como potencializadora do conhecimento por estar inserida em um ecossistema acadêmico com governança. Essa governança não é apenas normativa, mas também formativa, pois envolve práticas pedagógicas, cultura institucional, formação docente e orientação aos estudantes para que a tecnologia seja utilizada como suporte ao desenvolvimento do pensamento crítico, como indicam estudos recentes sobre mediação pedagógica em contextos digitais (Chan & Tsi, 2023).

Cabral (2025) problematiza a centralidade da agência humana no trabalho intelectual em ambientes digitais, indicando que a mediação algorítmica não pode deslocar a responsabilidade interpretativa do pesquisador sem comprometer a dimensão humanística da produção do conhecimento. Esse argumento ajuda a esclarecer a distinção entre usos de IA centrados em eficiência e usos centrados em qualidade. No primeiro caso, a tecnologia tende a funcionar como atalho, reduzindo o esforço cognitivo e obscurecendo processos; no segundo, pode liberar tempo para atividades interpretativas mais complexas, desde que o pesquisador permaneça responsável pelas decisões. Assim, a discussão desloca-se da lógica de permitir ou proibir ferramentas para a construção de critérios institucionais que orientem usos academicamente consistentes.

Nesse cenário, o conceito de Inteligência Acadêmica apresenta-se como contribuição interpretativa e estratégica, ao definir a capacidade institucional de articular referenciais teóricos, políticas normativas e ferramentas tecnológicas para promover produção científica ética e produtiva. Ao vincular Inteligência Artificial e Inteligência Acadêmica, IA² evidencia que a transformação digital do ensino superior exige mais do que adesão tecnológica; exige planejamento e coerência institucional. Em termos práticos, isso implica estabelecer diretrizes de transparência metodológica, orientar práticas de atribuição, definir limites para automação e promover formação crítica para que o pesquisador utilize a tecnologia sem abdicar da autoria.

A discussão conduz, portanto, a uma mudança paradigmática caracterizada pela passagem de uma lógica de controle tecnológico para uma lógica de governança acadêmica. A Inteligência Acadêmica representa essa governança e, quando articulada à Inteligência Artificial, materializa-se como IA², uma síntese conceitual que expressa a possibilidade de integrar inovação e rigor. A análise de conteúdo contribui, nesse sentido, como estratégia metodológica para examinar como instituições formulam e comunicam sentidos sobre autoria, originalidade e integridade em políticas e discursos, identificando tensões que dificultam a implementação de práticas consistentes (Bardin, 2016). A tecnologia deixa, assim, de ser vista como ameaça ou solução automática e passa a ser compreendida como



componente que precisa ser institucionalmente estruturado para potencializar os processos acadêmicos e fortalecer a autoria genuína.

Considerações finais

A integração da Inteligência Artificial no ensino superior configura um fenômeno que ultrapassa a dimensão instrumental da tecnologia e alcança os fundamentos epistemológicos da produção do conhecimento científico. A análise desenvolvida neste estudo demonstra que a presença crescente de sistemas inteligentes não elimina a centralidade do pesquisador humano, mas redefine as condições sob as quais a investigação científica é conduzida. Nesse sentido, a questão central não reside na utilização da tecnologia em si, mas na forma como as instituições acadêmicas estruturam sua incorporação. Essa reconfiguração não se limita ao “como fazer”, mas incide diretamente sobre o “como conhecer”: quais procedimentos passam a ser mediados por sistemas automatizados, quais escolhas permanecem na responsabilidade humana e como se preserva a rastreabilidade metodológica do percurso investigativo. Em um cenário de aceleração tecnológica, a pesquisa acadêmica corre o risco de deslocar-se de uma lógica formativa, centrada na construção de raciocínio e justificativas, para uma lógica de eficiência, centrada na obtenção rápida de produtos textuais. Por isso, o desafio contemporâneo consiste em integrar a tecnologia sem perder o rigor da investigação, a coerência interna do argumento e a responsabilidade sobre o sentido do conhecimento produzido.

Os resultados evidenciam que a IA modifica etapas do processo investigativo ao automatizar tarefas operacionais, reorganizar fluxos de produção textual e ampliar a capacidade analítica do pesquisador. Entretanto, essas transformações não substituem o pensamento crítico, a interpretação teórica ou a responsabilidade intelectual, que permanecem como elementos constitutivos da prática científica. Ao contrário, a presença da IA exige maior consciência metodológica e ética por parte dos sujeitos envolvidos, reforçando a necessidade de clareza sobre autoria, originalidade e validação do conhecimento. Nesse ponto, emerge uma distinção decisiva entre assistência e substituição: quando a IA atua como suporte para organizar ideias, mapear conceitos ou revisar coerência textual, pode ampliar a produtividade do pesquisador; quando atua como substituto da reflexão, tende a fragilizar a autoria e reduzir a densidade argumentativa. Assim, a discussão contemporânea sobre integridade acadêmica não pode limitar-se à detecção de uso tecnológico, mas deve considerar a transparência do processo e o grau de agência intelectual exercido pelo pesquisador em cada etapa.

Nesse contexto, a principal contribuição do estudo reside na proposição do conceito de Inteligência Acadêmica. Entendida como a capacidade institucional de articular referenciais teóricos, políticas normativas e ferramentas tecnológicas de forma integrada, a Inteligência Acadêmica oferece um modelo interpretativo capaz de orientar a integração responsável da IA na produção científica. Esse conceito desloca a discussão da lógica de proibição tecnológica para uma lógica de governança acadêmica, na qual a tecnologia é incorporada de modo deliberado e transparente. Em termos práticos, essa governança implica definir critérios de uso, parâmetros de transparência metodológica e expectativas de



autoria, além de promover alinhamento entre o discurso institucional de inovação e suas normas de integridade. Quando a instituição assume papel ativo nesse desenho, a tecnologia deixa de ser um elemento externo e passa a ser compreendida como componente do ecossistema acadêmico, com funções definidas e limites claros. Nessa direção, a ideia de IA², entendida como a combinação entre Inteligência Artificial e Inteligência Acadêmica, sintetiza o argumento central do estudo: a tecnologia pode potencializar processos acadêmicos quando integrada a uma cultura institucional de rigor, transparência e responsabilidade autoral. Assim, o “ao quadrado” não se refere à intensificação da máquina, mas à ampliação do conceito de inteligência no ambiente acadêmico, resultante da articulação entre recursos tecnológicos e governança científica institucional.

A Inteligência Acadêmica pressupõe que instituições de ensino superior não apenas regulamentem o uso da IA, mas desenvolvam cultura institucional capaz de formar pesquisadores críticos e conscientes do papel da tecnologia no processo científico. Essa perspectiva implica a construção de diretrizes pedagógicas claras, programas de formação docente e políticas acadêmicas que reconheçam a IA como componente do ecossistema contemporâneo de produção do conhecimento. Além disso, pressupõe práticas de acompanhamento e orientação que favoreçam o uso reflexivo da tecnologia, evitando tanto a dependência automática quanto a demonização do recurso. Ao integrar a IA de forma orientada, cria-se um ambiente em que estudantes e pesquisadores compreendem o que é admissível, o que é desejável e o que compromete a integridade do trabalho científico. Essa clareza institucional fortalece a responsabilidade autoral e favorece uma cultura acadêmica voltada à qualidade, e não apenas à conformidade.

Do ponto de vista teórico, o conceito proposto contribui para preencher lacuna identificada na literatura, que tende a tratar a IA apenas sob perspectiva pedagógica ou tecnológica, negligenciando suas implicações epistemológicas e institucionais. Ao articular metodologia científica, ética acadêmica e inovação tecnológica, a Inteligência Acadêmica oferece um referencial interpretativo capaz de orientar investigações futuras sobre a transformação digital da ciência. Esse enquadramento permite discutir a IA como elemento que reorganiza o trabalho intelectual e, ao mesmo tempo, exige redesenho institucional das práticas de pesquisa, avaliação e formação. Por outro lado, do ponto de vista prático, evidencia-se que as implicações do estudo são particularmente relevantes para instituições que operam em modelos de Educação a Distância, onde a mediação digital intensifica a presença da tecnologia no processo formativo. Nesse contexto, políticas pouco claras tendem a ampliar ambiguidades, enquanto políticas formativas, acompanhadas de orientação docente e critérios consistentes, podem transformar a IA em apoio estruturado ao aprendizado e à pesquisa.

A adoção de estratégias baseadas na Inteligência Acadêmica pode contribuir para fortalecer a integridade científica, promover autoria genuína e ampliar a qualidade da produção acadêmica. Para tanto, torna-se necessário consolidar práticas institucionais que promovam transparência, explicitando o papel da tecnologia no processo investigativo e reforçando a centralidade do pesquisador na tomada de decisões teóricas e metodológicas. Por fim, conclui-se que a Inteligência Artificial não representa ruptura com a tradição científica, mas um vetor de transformação que exige atualização das práticas institucionais e



dos referenciais metodológicos. A Inteligência Acadêmica surge, portanto, como resposta interpretativa e estratégica a essa transformação, permitindo que a inovação tecnológica seja integrada de forma ética, produtiva e coerente com os princípios que sustentam a ciência, preservando o compromisso acadêmico com a construção de conhecimento confiável, justificável e socialmente legítimo. Em síntese, IA² expressa a possibilidade de integrar inovação e integridade, fortalecendo a autoria humana e a confiabilidade do conhecimento científico.

Referências

Alves Filho, F. (2024). *Introdução à metodologia científica*. Atlas.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Cabral, M. (2025). *Inteligência e subjetividade no trabalho digital*. Vozes.

Chan, K., & Tsi, Y. (2023). A revolução da IA na educação: IA substituirá ou apoiará os professores no ensino superior? *AI and Education Review*, 12(2), 45–61.

Cotton, D. R. E., & Cotton, P. A. (2024). ChatGPT e integridade acadêmica: Uma perspectiva global. *Computers and Education: Artificial Intelligence*, 7, Article 100205.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.

Köche, J. C. (2016). *Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa* (34ª ed.). Vozes.

UNESCO. (2023). *Diretrizes para a ética da inteligência artificial na educação*. UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/>